

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

CONSELHO SUPERIOR

Reunião ordinária de 07 de março de 2022

Ata 01/2022

Na data acima citada, o Conselho Superior do IFSul reuniu-se ordinariamente, sob a condução do presidente, Flávio Luis Barbosa Nunes. Participaram da webconferência os conselheiros, conselheiras, convidados e convidadas: Ágata Mello, Alex Sander Moreira, Alexandre Pitol Boeira, Alexandre Ferreira Escouto, Ana Paula Nogueira e Silva, Anderson Araújo, Angelita Hentges, Antônio Carlos Silveira Júnior, Bruna Rafaela Boch, Carlos Jesus Anghinoni Correa, Celso Silva Gonçalves, Claudia dos Santos Cláudio, Cláudia Redecker Schwabe, Cyro Castro Junior, Daniela da Rosa Curcio, Daniella Schulz, Daviline Caldasso da Silva, Denise Perez Lacerda, Dimas Coutinho, Érica Capelleti, Evandro Fernandes, Everton da Silva Felix, Fábio Roberto Moraes Lemes, Felipe Monteblanco, Francilon Lima Simões, Gabrielli Quadrado, Giulia D'Avila Vieira, Gislaine Maciel, Helena Miranda da Silva Araújo, Isabela Pieniz Eidelwein, Janaína Corneli, Jeferson Fernando de Souza Wolff, John Anderson Lopes da Costa, Josiela Silveira Cavalheiro, Kellen Biehrls, Lauro Luis Borges Junior, Leandro Einhardt, Liliane Ores, Lucas Vanini, Magda Santos dos Santos, Marcelo Kwecko, Marcio Estrela de Amorim, Marco Antônio da Silva Vaz, Marcos André Betemps Vaz da Silva, Marcos Roberto Schvants, Marcus Eduardo Maciel Ribeiro, Maria Clara Soares, Maria de Fátima Medeiros, Marta Tessamnn, Mauro Bacci Giusti, Mauro Castro Martin, Max Lindoberto Gonçalves, Michel Formentin de Oliveira, Miguel Pinto, Newton Garcia Carneiro, Nídia Heringer, Otávio Nunes Dias, Paula Andrade, Paulo Wladimir Leite, Pedro Henrique Costa, Rafael Bastos, Renata Porcellis da Silva, Rodrigo Dias, Rodrigo Nascimento da Silva, Ruti Ângela Oliveira, Tales Emilio Amorim, Thiago Giusti, Valdir Boanova Júnior, Valter Fernandes, Vanilda Macedo, Veridiana Krolow Bosenbecker, Verônica Pasqualin Machado, Vinícius Martins, Vitor Gonçalves Dias. Justificaram a não participação Antônio do Amaral e Júlio Korzekwa. Intérpretes Alexandra, Paula e Francisco. Iniciando a reunião, o presidente empossou conselheiros dos Câmpus Sapucaia do Sul, Venâncio Aires e Avançado Novo Hamburgo. Ato contínuo, o presidente colocou em apreciação a **Ata 18/2021, aprovada**, como segue:

Aprovação da ata 18/2021:

Sim: 47

Não: 0

Abstenções: 4

A seguir, foram levadas à apreciação as **Portarias IFSul ad referendum** nºs 40/2022 (processo seletivo), 43/2022 (calendários letivos), 44/2022 (PPCs cursos FIC) e 48/2022 (Plano de Contingência), **homologadas** pelo Conselho, como segue:

Homologar as portarias 40, 43, 44 e 48/2022:

Sim: 46

Não: 0

Abstenções: 6

Passou-se à apresentação da proposta do **Calendário de reuniões ordinárias** deste Conselho para o corrente ano: março: 07 (segunda-feira), maio: 17 (terça-feira), julho: 13 (quarta-feira), setembro: 22 (quinta-feira), novembro: 11 (sexta-feira), dezembro: 12 (segunda-feira), **aprovado**, como segue:

Aprovação da proposta de calendário:

Sim: 52

Não: 0

Abstenções: 1

Entrou em debate a **Regulamentação da Licença de Capacitação de Servidores**. Após amplamente discutido o tema, foi levado à votação a proposta de criação de um grupo de estudos da regulamentação da referida licença, aprovada, como segue:

Aprovar Grupo de Estudos da licença Capacitação, **aprovado**, como segue:

Aprovar grupo de estudos:

Sim: 49

Não: 0

Abstenções: 3

Continuando a discussão do tema, foi feita a proposta de **Composição** do referido grupo, com cinco integrantes, a ser formado por conselheiros docentes e técnico-administrativos (Felipe Monteblanco), diretora (Marta Tessmann), Progep (responsável pela organização do trabalho) e Sindicato, **aprovada**, como segue:

Aprovar a constituição do grupo de estudos conforme descrita acima:

Sim: 47

Não: 0

Abstenções: 3

Entrou em pauta a **Abertura de edital de auxílio antes do início das aulas**. Conselheira Claudia Cláudio referiu-se especialmente aos auxílios moradia, alimentação e transporte, uma vez que há alunos pagando do próprio bolso ou faltando às aulas, o que interfere na permanência e êxito e pediu prioridade máxima nesses auxílios. Representante do DEGAE, Liliane Ores, explicou que a Câmara de AE organizou em fevereiro os dois editais, de confirmação e o do auxílio emergencial temporário, para todos os câmpus; a opção pelo auxílio temporário foi em função de existir lista de espera de 2019. Estes estão sendo migrados para os auxílios específicos; AE está trabalhando no retorno dos auxílios. Reitor sugeriu que representantes das entidades estudantis vão à Câmara de AE. Conselheira Claudia Cláudio ratificou a prioridade pelo auxílio transporte. Servidora Liliana Ores explicou que, para executar o pagamento, precisa primeiro estudar o edital de confirmação, para distribuição do recurso. Solicitou que seja feito levantamento dos estudantes que não estão recebendo e enviado para a AE. Diretor Carlos Correa informou que o refeitório está em obras e reabrirá em maio. Até lá os alunos receberão bolsa. Conselheira Janaína Corneli sugeriu levantamento por câmpus. Conselheiro Fabio Lemes disse que o câmpus tem um conjunto de elementos para dar suporte aos alunos. Reitor salientou que estudantes procurem a gestão dos câmpus, pois esta tem autonomia para ajustar as questões ou busquem o Degae, se necessário. Representantes do Comitê, Ana Paula Silva e Cyro Castro Junior fizeram a apresentação do **Parecer Técnico**, de 22 de fevereiro. Dr. Cyro Castro informou que o Estado apresenta queda dos casos pela quinta semana desde fevereiro, bem como da taxa de transmissão. Ana Paula Silva reforçou a importância da manutenção dos protocolos e do rastreamento

e monitoramento de casos suspeitos e confirmados. Levado à votação, o parecer foi **aprovado**, como segue:

Aprovar Parecer Técnico:

Sim: 48

Não: 0

Abstenções: 3

Entrou em apreciação a proposta de atualização do **Plano de Contingência**. As alterações feitas foram em relação aos números da pandemia, utilização das coletoras de ponto, realização de formaturas presenciais em ambientes fechados, modificação no item referente às aulas práticas de educação física; também foram incluídos no documento os novos prazos definidos pelo Estado para isolamento. No item 4.5 houve a inclusão de “catracas de acesso e terminais biométricos, entre outros”. No item 4.7.1, onde havia restrição dos terminais biométricos, houve alteração para permitir seu uso. Conselheiro Lauro Borges relatou dúvidas dos servidores do câmpus sobre o registro do ponto biométrico. Ana Paula Silva explicou que o Plano apenas registra a possibilidade de uso dos equipamentos, não faz o regramento em termos de registros de ponto. Pró-reitor Thiago Giusti esclareceu que a orientação atual é de não registro, uma vez que as coletoras estão passando por manutenção; quando todas estiverem revisadas será encaminhado ao Conselho o pedido para aprovação do retorno do registro de ponto biométrico. Serão instalados alguns equipamentos para atender a necessidade do registro de ponto de servidores para recebimento de alguns benefícios que envolvem sua carga horária e para a sua segurança. Sobre o registro fora do normal da hora de trabalho, na Fase 3, o pró-reitor esclareceu que as peculiaridades serão levadas em consideração, mas os servidores têm que cumprir sua carga horária, seja presencialmente ou de forma híbrida. Conselheira Daniela Curcio questionou se não seria pior um registro parcial e se a Progep não emitiria um documento bem detalhado sobre todas as questões técnicas. Pró-reitor explicou que, com a possibilidade de utilização das coletoras, será feita orientação para resguardar o servidor no período em que está trabalhando de forma presencial; o Plano de Contingência protege o servidor durante os afastamentos por Covid. Presidente ressaltou que o que está na pauta é a autorização para que se comece a pensar em voltar o uso do ponto eletrônico; lembrou que há decreto dizendo que estamos em situação de pandemia e ele protege atividades híbridas enquanto ela durar. Conselheiro Marcos Betemps manifestou preocupação porque o objetivo do registro na Fase 3 não consta no documento. Colocada em votação, a proposta de alteração do texto referente ao ponto biométrico foi **aprovada**, como segue:

Aprovar proposta de alteração do ponto biométrico:

Sim: 24

Não: 22

Abstenções: 6

Ana Paula Silva abordou o item 4.7.2, explicando que foi incluído dispositivo determinando que a realização de aulas práticas de educação física devem observar o disposto no Plano de Contingência e as recomendações do anexo F; o item 4.7.7 passa a mencionar apenas as aulas de educação física. O Anexo F foi criado a partir do GT de professores da área. No item foi o 4.7.7, foi incluída a possibilidade de realização de formaturas em local não apenas aberto. Dr. Cyro Castro considera que deve ser levada em consideração a estrutura de cada câmpus para educação física e formaturas. COE-E local é quem tem melhores condições para definição e dar parecer favorável. Conselheiro Francilon Simões solicitou que outros eventos institucionais fossem permitidos, além das formaturas. Presidente sugeriu que seja votada primeiramente a questão das formaturas presenciais e, se aprovada, votar então a troca por demais eventos. Levada à votação, a proposta de realização de formaturas presenciais foi aprovada, como segue:

Realizar formaturas presenciais:

Sim: 38

Não: 10

Abstenções: 3

A seguir, foi sugerida a substituição de formatura por eventos (presenciais), também **aprovada** pelos conselheiros, como segue:

Substituir formaturas por eventos (presenciais);

Sim: 28

Não: 13

Abstenções: 7

O presidente encarregou a chefe de gabinete de reativar o grupo que trabalhou na regulamentação de formaturas para realizar a adequação do documento. Não havendo outros tópicos a discutir, foi levada à votação a proposta de alteração do Plano de Contingência, versão março 2022, **aprovada**, como segue:

Aprovar alteração do plano de Contingência:

Sim: 43

Não: 1

Abstenções: 3

A seguir foram discutidas as propostas de **Alteração nas resoluções 62 e 63**. Sobre o § 2º do art. 12, os conselheiros Everton Felix e Flamarion Simões manifestaram o entendimento de que não há fases concomitantes no documento, precisando ser alterado, e apresentaram suas propostas. Presidente esclareceu haver discordância na forma de entendimento entre o que o Sindicato apresenta e o que as COE-E locais, a COE-E central e as gestões estão interpretando. Entende não haver nenhum descumprimento da resolução 62 no aspecto daquilo que reflete na avaliação de momento a momento, de câmpus por câmpus, por meio de suas COE-E locais; não perdemos autonomia nenhuma, porque as COE-E locais continuam fazendo suas avaliações, inclusive sugerindo ações diferentes, e assim tem sido feito. Dr. Cyro Castro esclareceu que a resolução data de 12 de novembro e, na ocasião, a redação do documento estadual, responsável pelas ações referentes à Covid era “alerta e ação”; em 19 de novembro o Estado fez a alteração, desmembrando; o alerta ficou sob o controle do Estado e as ações, em sua maioria, ficaram sob o controle dos municípios. Proposta 1 – Santana do Livramento: § 2º Se a região da unidade entrar na situação de Alerta após o início da ampliação das atividades presenciais, e a região estabelecer ações de enfrentamento à pandemia que afetem o desenvolvimento de aulas presenciais, o COE-E Local deverá avaliar a condição local e priorizar o desenvolvimento de atividades de forma remota Proposta 2- Sindicato: § 2º solicitamos alteração no texto das resoluções 62 e 63, alterando onde estiver escrito “na situação de alerta e ação” por “nas situações de alerta ou ação”, visando eliminar interpretações errôneas. Colocadas em votação as propostas de definição de nova redação para o art. 12, § 2º, foi **aprovada a opção 1**, como segue:

Definição de nova redação do art. 12, § 2º

Opção 1: 31

Opção 2: 5

Abstenções: 7

Diretora Ana Paula Silva lembrou que será usada a mesma lógica aprovada nos outros itens que mencionarem o tema. A seguir, a diretora falou sobre as **Alterações na estrutura organizacional dos câmpus Pelotas, CaVG, e Santana do Livramento**; para os câmpus Pelotas e CaVG referem-se a disponibilizações de funções (FG-1), pela portaria do MEC 44/2022, em caráter *pro tempore*. Para o câmpus Santana do Livramento é a inclusão de uma FCC para coordenação de curso; as alterações entrarão em vigor em 15 de março, para permitir que os câmpus façam os ajustes necessários. Para o planejamento 2022, houve aproveitamento das contribuições do formulário de 2021; apresentou o cronograma das avaliações quadrimestrais. Não havendo manifestações, a proposta foi levada à votação e **aprovada**, como segue:

Aprovar a alteração da estrutura organizacional dos Câmpus Pelotas, CaVG e Santana do Livramento:

Sim: 41

Não: 0

Abstenções: 3

Dando continuidade aos trabalhos, a diretora Ana Paula Silva apresentou em lâminas o **Plano de Ação 2021 e a Proposta do Plano de Ação 2022**. Salientou haver índice satisfatório e equilibrado de ações iniciadas, mostrando o esforço das unidades em desenvolver seus planos de ação. Não havendo considerações, a proposta foi **aprovada**, como segue:

Aprovar Relatório do Plano de Ação 2021 e a Proposta do Plano de Ação 2022:

Sim: 48

Não: 0

Abstenções: 0

A seguir foram discutidas **Propostas de alteração nas APNPs**. Pró-reitor Rodrigo Nascimento explicou que a Câmara de Ensino discutiu entre seus membros e focou em uma alteração pontual, que considerou mais importante para flexibilizar o processo de aplicação das APNPs. Outras alterações poderão ser feitas posteriormente. No art. 37, § 2º, consta que cada estudante poderá cursar, preferencialmente, o máximo de cinco atividades de ensino simultâneo; a Câmara sugere a supressão desse parágrafo, que dará mais liberdade para os câmpus definirem essa questão. A Câmara sugere também a alteração da redação do § 3º, inclusão de § 4º e 5º. Após ampla discussão e vários pontos conflitantes, foi sugerido colocar em votação a forma de apreciação das alterações propostas para as APNPs, como segue:

A: continuar avaliando as alterações propostas: 22

B: definir prazo para mais discussões: 23

Abstenções: 1

O presidente, com a concordância dos conselheiros, definiu o prazo de 30 (trinta) dias para discussões e posterior chamada para reunião extraordinária. Salientou que os segmentos devem se organizar por câmpus, para avaliar as propostas apresentadas. Conselheira Claudia Cláudio deixou contato para estudantes se contatarem. Presidente explicou que Proen pode convidar estudantes para participarem da Câmara de Ensino. As entidades estudantis podem se reunir para discutir, mas os câmpus que ainda não discutiram as propostas devem fazê-lo; a avaliação deve ser por câmpus, não por segmento. Presidente reforçou que a representação discente de cada câmpus deve trazer a posição dos discentes do seu câmpus; a representação das entidades estudantis vai trazer a posição das entidades estudantis. A gestão dos câmpus pode contribuir para organizar as discussões.

Tendo em vista a reunião atingir o prazo limite, foram colocadas em votação as propostas de continuidade ou de recomeço no dia seguinte, sendo **aprovada a continuidade**, como segue:

Continuidade da reunião:

Continuar até 18 horas: 25

Recomeço amanhã às 8h30min: 7

Abstenções: 2

A seguir, o pró-reitor Rodrigo Nascimento abordou os **Processos Seletivos** e salientou que a principal questão é o retorno do processo ao sistema presencial. Informou que o trabalho da comissão criada em 2018/2019 para tratar dos processos seletivos e concursos públicos foi concluído e está sendo revisado pela Proen para posterior seminário e apresentação ao Codir e Consup. Hoje, a discussão é se haverá volta ao sistema tradicional do processo seletivo ou não. Enviou aos câmpus, em janeiro, coletânea de documentos, para que fossem discutidos, para definição da forma de ingresso pretendida. Apresentou resumo das contribuições dos câmpus, demonstrando uma situação bem dividida entre eles na questão da retomada do processo seletivo. Lembrou que o Conselho aprovou a possibilidade de usar, até meados de julho, o sorteio para o ingresso dos cursos técnicos e o ENEM para a graduação. É necessário discutir, para que seja possível a organização; retornando o formato presencial, será preciso tentar conciliar o ajuste para que os processos seletivos ocorram duas vezes por ano e o tempo para elaborar provas e organizar logística. Presidente confirmou que qualquer processo seletivo que seja lançado até 30 de junho deverá ser feito por sorteio ou ENEM. O que está sendo tratado aqui é para definir como serão os processos partir de 1 de julho. Se a opção for manter o sistema

atual, não é preciso definir um prazo definitivo; se a opção for voltar ao presencial, precisamos de um tempo e todo processo deverá ser no formato presencial. Conselheiro Antônio Silveira Junior falou da importância de pensar alternativas de ingresso que não representem um filtro social, e sorteio, mesmo com limitações; estamos vivendo uma oportunidade ímpar para repensar a forma de acesso. Conselheiros consideraram que ainda não é possível definir se o sorteio é bom ou não. Conselheiro Francilon Simões sugeriu estudar modalidade híbrida de ingresso. Considerando as dúvidas existentes, o presidente propôs o mesmo prazo de 30 dias e forma de procedimento para as APNPs para discutir a forma de ingresso, que também deverá ser apresentada na mesma reunião extraordinária que irá discutir as APNPs. Lembrou que a questão em discussão é fazer prova presencial ou manter como está; aprovado o presencial, o presidente propôs fazer uma discussão na comissão, e também uma rodada com todos os segmentos da comunidade, anterior ao Consup. Colocadas em votação as propostas, foi **aprovado garantir 30 dias para discussão** do processo seletivo e retorno em reunião extraordinária, como segue:

Discussão do processo seletivo:

30 dias e análise em Consup extra: 24

Continuar avaliando hoje: 5

Abstenções: 3

A seguir, o pró-reitor Rodrigo Nascimento apresentou as propostas de **alteração no PPC Técnico em Eletrotécnica – subsequente, do campus Camaquã**. Não havendo considerações, o tema foi levado à votação e **aprovado**, como segue:

Alterações PPC Técnico em Eletrotécnica – Camaquã:

Sim: 34

Não: 0

Abstenções: 3

Pró-reitor Vinicius Martins apresentou a **regulamentação e o PPC Especialização em Manufatura Avançada em Rede**. Não havendo destaques, foram levadas à votação a regulamentação e o PPC do curso, **aprovados**, como segue:

Especialização Manufatura Avançada em Rede:

Sim: 34

Não: 0

Abstenções: 2

A conselheira Daniella Schulz falou sobre a **RAD**. Explicou que um dos pontos principais já foi solucionado, que era a liberação no SUAP para preenchimento. Explicou que a tabela é feita num software pago da Microsoft que utiliza macros e não consegue ser usado em nenhum software livre; mesmo tendo programa do office 360 on line, também não funciona; só é possível para quem compra a licença. Excel do câmpus é versão mais antiga. Como está sendo transferido para o Suap acredita que será resolvido. Tabela não está atualizada para a realidade de cada câmpus. A ideia é liberar no Suap para todos os câmpus, evitando retrabalho. Perguntou como estão as previsões para a próxima discussão da RAD e sobre o panorama geral da nova portaria, especialmente sobre carga máxima e mínima. Presidente explicou que a portaria 983 vem se arrastando desde o ano passado e o Conif vem cobrando da Setec alterações que entende inadequadas, entre elas, atividades de pesquisa e extensão na carga horária mínima; Setec e Mec não abriram mão da suspensão da portaria; só conseguiram ampliação do prazo para implantação da portaria até 30 de junho próximo, Conif continua tentando a derrubada da portaria antes desse prazo, mas considera que devemos trabalhar nas adequações da nossa RAD em função da portaria. O conselheiro Fábio Lemes apresentou a proposta de **Moção de Congratulações** à prefeitura de São Leopoldo, uma vez que a decisão de exigir passaporte vacinal se soma aos esforços da instituição. Colocada em votação, foi **aprovada** a Moção, como segue:

Aprovar Moção:

Sim: 24

Não 1

Abstenções: 7

A seguir, o presidente solicitou **autorização para que o reitor se ausente do país**, a fim de realizar missão em Portugal, no mês de abril. Sem destaques, foi levada à votação e **aprovada**, como segue:

Autorizar viagem para missão:

Sim: 31

Não: 0

Abstenções: 1

Conforme acertado durante a discussão do tema, Ana Paula Silva apresentou a redação da Resolução 62, nos outros pontos que citam “alerta e ação” no inciso 6º do art.7º e inciso 4º do art.12, alterado para “alerta ou ação”. Colocadas em votação as novas redações desses itens da resolução 62, foram **aprovadas**, como segue:

Aprovar novas redações:

Sim: 28

Não: 0

Abstenções: 3

Como último tema, foi submetida à homologação a **Portaria IFSul ad referendum 46/2022** (altera estruturas organizacionais – Napne), aprovada, como segue:

Portaria IFSul 46/2022:

Sim: 28

Não: 0

Abstenções: 0

Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada e eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei esta Ata, que após lida e apreciada, será aprovada pelos participantes e publicizada.